

Disputa de comando

Está deflagrada a luta política pelo comando da revisão constitucional do final deste ano. O presidente do Senado — que é também presidente do Congresso Nacional —, Humberto Lucena (PMDB-PB), reivindica para si o lugar. E o presidente da Câmara, Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), o quer para um deputado. Mais precisamente, o deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), ex-presidente da Casa.

Inocêncio cumpre sua parte no acordo que resultou em sua própria eleição. Elegeu-se com o apoio do PMDB de Quêrcia e, agora, apóia Ibsen para a presidência da revisão constitucional. Pratica a chamada reciprocidade. A bancada do PMDB na Câmara, majoritária, abriu mão do lugar que tradicionalmente lhe caberia em troca de sua pacificação interna e do comando do processo da revisão constitucional.

Eis, porém, que o presidente do Senado, com base no artigo 3º do capítulo das disposições Transitórias da Constituição, entra em cena. O artigo é transparente. Diz que “a revisão constitucional será realizada após cinco anos, contados da promulgação da Constituição, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão unicameral” (o grifo é nosso). O raciocínio é lógico: a revisão será feita pelo Congresso — e o presidente deste é o presidente do Senado. Difícil, pois, supor outra interpretação.

Inocêncio invoca argumentos de ordem estatística: há mais deputados que senadores no Congresso. Portanto, se a democracia é o regime das maiorias, nada mais justo que caiba a um deputado o comando do processo. Se o conceito de maioria tivesse essa rigidez cadaverica, o PFL certamente não ocuparia a presidência da Câmara. E,

além disso, até prova em contrário, a Constituição paira acima das aparentes lógicas aritméticas. E ela é clara: a revisão será feita pelo Congresso Nacional. Na Constituinte, prevaleceu o critério da maioria. Não havia, no curso de seus trabalhos, deputados ou senadores: todos era constituintes. Ulysses Guimarães foi eleito pelo conjunto dos constituintes — deputados e senadores. E não por ser deputado, mas por seus méritos pessoais de liderança e experiência política.

A revisão, em termos práticos, funcionará como uma Constituinte. Terá em princípio poderes quase plenos para reescrever a Constituição. Não poderá, claro, mexer em tudo — no resultado do plebiscito de abril, por exemplo. Mas poderá virá-la do avesso, em questões fundamentais, como os capítulos da ordem econômica e social. Isso, no entanto, não a transforma em Constituinte, já que os que irão operá-la não têm poderes originários. O instrumento da revisão é o Congresso, reunido em sessão unicameral e, nesses termos, obviamente presidido por seu presidente, seja lá quem esteja ocupando o lugar.

Essa discussão, que promete se estender, não é a mais polêmica em torno da revisão. Outra, na medida em que se aproximar o início do processo, deve superá-la em passionalismo. Refere-se à abrangência da revisão. A esquerda mais ortodoxa acha que somente estará sujeito à revisão aquilo que se relacionar com o plebiscito. Se este nada mudar, simplesmente não há o que rever. Já reformistas e conservadores não vêem dependência entre os dois dispositivos — o do plebiscito e o da revisão. E querem rever por completo a Constituição, até porque nela vêem um entrave à modernização do País.